



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

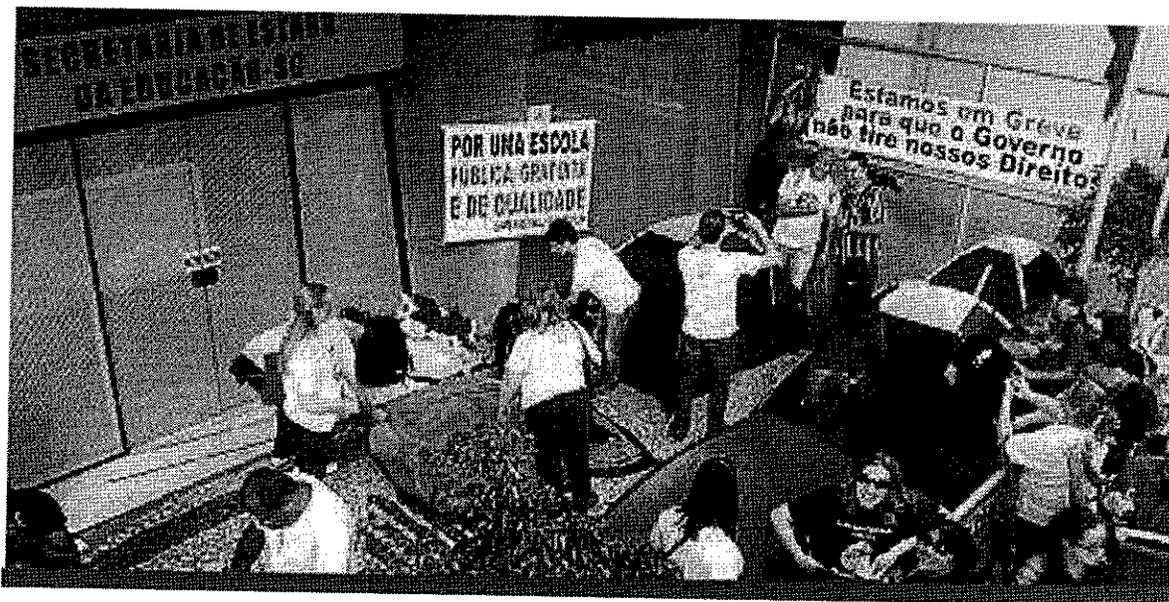
07 de maio 2015



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 07/05/2015
Assunto: Protestos		Página: 10

DIÁRIO CATARINENSE



A RETOMADA

O secretário da Educação, Eduardo Deschamps, enviou ofício ontem à noite à Diretoria do Sinte marcando para hoje, às 10h, reunião para tratar da “retomada das negociações”. Os professores

invadiram ontem a Secretaria da Educação (foto) e ocuparam o 10º andar, onde funciona o gabinete do secretário. Deschamps estava em Brasília, a serviço do Consed.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia

Editoria: Moacir Pereira

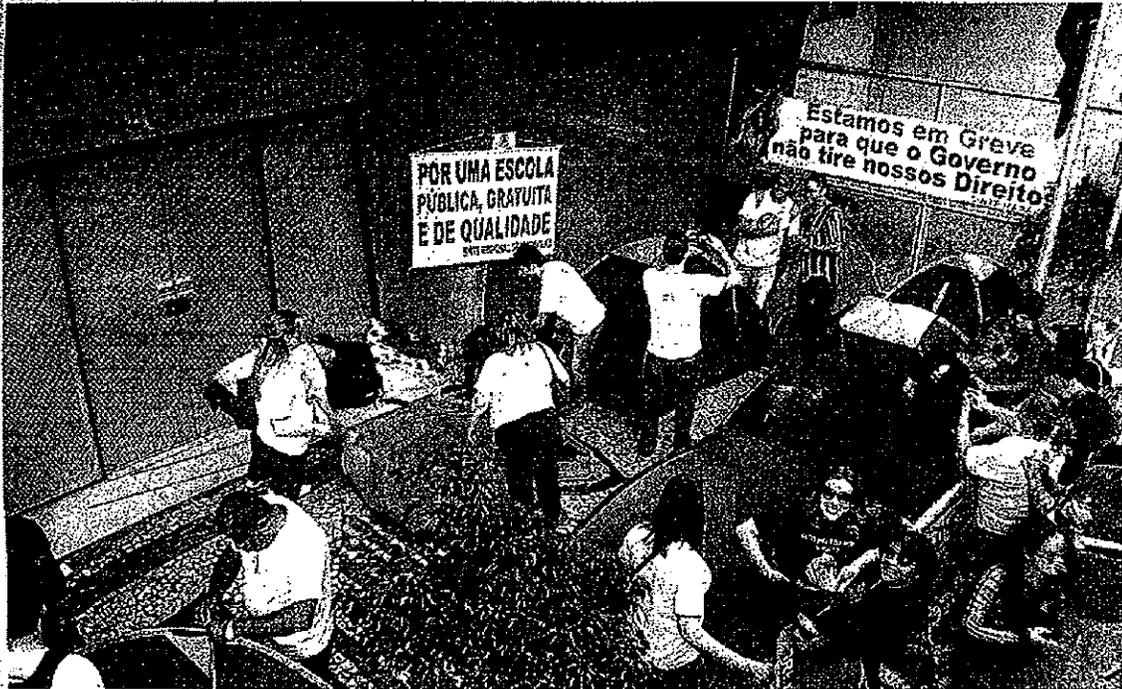
Data: 07/05/2015

Assunto: Protesto

Página: 08

A NOTÍCIA

GRACIELA FELL DIVULGAÇÃO



INVASÃO

O secretário da Educação, Eduardo Deschamps, enviou ofício ontem à noite à diretoria do Sinte marcando para hoje, às 10h, reunião para tratar da "retomada das negociações". Os professores invadiram ontem a Secretaria da Educação (foto) e ocuparam o 10º andar, onde funciona o gabinete do secretário. Deschamps estava em Brasília a serviço do Consed.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Roberto Azevedo	Data: 07/05/2015
Assunto: Protestos		Página: 02

Notícias do Dia

Duas frentes

O Sinte adotou a tática de outros movimentos e ocupou o 10º andar da Secretaria da Educação, onde fica o gabinete do secretário Eduardo Deschamps, que estava em Brasília. E reclamou porque o policiamento da Assembleia vetou a entrada de novos acampados no Legislativo. Só quem está lá pode voltar depois das 20h. Por fim, conseguiu uma audiência com o governo.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog Moacir Pereira	Editoria: Blog Moacir Pereira	Data: 07/05/2015
Assunto: Protestos		Página: Online



Professores invadem Secretaria da Educação e acampam ao redor do edifício

Professores da rede estadual de ensino e dirigentes do Sinte invadiram o prédio da Secretaria da Educação e ocuparam o décimo andar, onde fica o gabinete do secretário Eduardo Deschamps.

Na área externa, os professores fizeram um ato público pedindo a retomada das negociações e anunciaram que vão acampar até que haja decisão do governo.

O secretário encontra-se em Brasília cumprindo agenda como presidente do Conselho Nacional de Secretários da Educação-Consed. Só retorna amanhã a Santa Catarina.

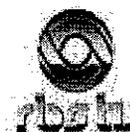


SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1 Santa Catarina	Editoria: Educação	Data: 07/05/2015
Assunto: Protestos		Página: Online



SANTA CATARINA



Professores pretendem acampar na frente da Secretaria de Educação

Um grupo montou barracas na calçada do prédio e outro entrou no local. Sinte diz que protesto busca reabrir negociação com governo do estado.

Um grupo de professores estaduais em greve montou barracas e pretende acampar em frente à Secretaria de Estado da Educação (SED). Segundo o Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (Sinte-SC), o objetivo é dormir no local, caso não sejam retomadas as negociações com o governo do estado. Outras 23 pessoas entraram e ocuparam o 10º andar do prédio.

A greve começou no dia 24 de março, mas as manifestações se iniciaram um mês antes. A principal reivindicação é o plano de carreira da categoria.

De acordo com a assessoria de imprensa da SED, os professores que estão dentro do estabelecimento aguardam para conversar com a chefia de gabinete do secretário de Estado da Educação Eduardo Deschamps. Segundo o Sinte, se não for acordada uma nova mesa de negociação, eles devem dormir dentro do prédio.

A decisão de pernoitar no local foi tomada durante um ato estadualizado na tarde desta quarta-feira (6). Segundo o Sinte-SC, cerca de 2,5 mil professores participaram do ato, que começou na Praça Tancredo Neves, em frente à Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Em caminhada, eles seguiram até a SED, que fica na Rua Antônio Luz, no Centro da capital, onde continuaram a manifestação.

Ocupação da Alesc

Desde o dia 28 de abril, professores estaduais voltaram a ocupar a Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc), em protesto. Nesta quarta (6), um grupo de grevistas continuava no local.

Esta é a segunda vez, que os professores dormem na Alesc. No início de abril, os grevistas fizeram o mesmo tipo de protesto. Eles dormiram no saguão da assembleia nas noites dos dias 7 e 8 de abril e saíram no dia 9, quando o governo anunciou a revogação da Medida Provisória 198/2015, que foi revogada. Ela alterava a forma de pagamento dos professores temporários.

Impasse continua



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O impasse sobre as negociações continua. O Sinte-SC informou na tarde de segunda-feira (4) que rejeitou a resposta do governo a um ofício enviado na semana passada, onde constavam quatro pontos para a retomada das negociações.

O documento protocolado pelo Sinte dia 28 de abril tinha os seguintes pontos: a instituição de uma mesa de negociação que não ultrapasse 30 dias, período em que nenhum projeto de lei deverá ser levado à Assembleia legislativa; a anistia de todas as faltas de 2012 a 2015; a revogação do decreto 3593/2010; e o pagamento do reajuste de 13,01% na carreira, retroativo a janeiro de 2015.

Na resposta, enviada ao Sinte na última quinta (30), o governo afirma concordar com a criação de uma mesa para discutir os demais itens listados no ofício, mas condiciona a retomada das negociações ao retorno dos professores às salas de aula. Segundo o documento, a proposta da nova carreira “está em desenvolvimento” na Secretaria de Estado da Educação.

“O governo não sinalizou com proposta nenhuma. Não aceitamos essa negociação na forma como está proposta”, explica Luiz Carlos Vieira, presidente do Sinte. Ele diz que vai esperar uma nova sinalização do governo.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 07/05/2015
Assunto: Fies		Página: Online

EM JORNAL A ARREDO DO BRASIL, S. P. A. WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S. PAULO

STF deve decidir nesta quarta mérito da liminar sobre novas regras do Fies

O STF (Supremo Tribunal Federal) deve decidir nesta quarta-feira (6) o mérito da liminar do ministro Luís Roberto Barroso, que validou a comprovação de desempenho mínimo no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) em novos contratos do Fies (Fundo de Financiamento Estudantil).

De acordo com a decisão de Barroso, estão mantidas as regras para renovação do fundo. Semana passada, além de validar os critérios para novos contratos, Barroso entendeu que a regra não pode ser exigida de alunos que pediram a renovação do contrato.

Desde março, o MEC (Ministério da Educação) exige média igual ou superior a 450 pontos e nota na redação diferente de zero no Enem como critério para conceder o financiamento em instituições de ensino superior. A questão foi levada ao STF pelo PSB, que arguiu a validade de duas portarias que estabeleceram as pontuações.

Após a decisão, o PSB entrou com embargo de declaração para que o Supremo esclareça se o cumprimento do desempenho no Enem vale para inscrições feitas até o dia 29 de março, quando a regra começou a vigorar.

O prazo para adesão ao Fies terminou na quinta-feira (30). A renovação de contratos antigos pode ser feita até 29 de maio. Na sexta-feira (1º), a Justiça Federal do Mato Grosso determinou a prorrogação do prazo de inscrição para novos contratos.

Na decisão, o juiz federal Raphael Cazelli de Almeida Carvalho aceitou pedido da Defensoria Pública, estabelecendo a dilação do prazo de inscrição por tempo indeterminado para alunos que tentavam ingressar no programa pela primeira vez e a correção do funcionamento do SisFIES, que apresentou falhas.

Na segunda-feira (4), o MEC informou que recorrerá da decisão e que não há recursos para custear novos contratos e renovação de antigos financiamentos.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 07/05/2015
Assunto: Cooperação Brasil - EUA		Página: Online



Ministro fala com embaixadora norte-americana sobre parceria

O ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, recebeu na tarde de terça-feira (5), a embaixadora dos Estados Unidos no Brasil, Liliana Ayalde, no Ministério da Educação. Foi a primeira reunião entre o ministro e a embaixadora.

Na reunião, foram discutidas iniciativas para aprofundar a cooperação em educação entre os dois países, nas modalidades superior e profissional. Renato Janine Ribeiro destacou o esforço do governo brasileiro para estreitar as cooperações e reforçar os programas já em andamento.

A embaixadora Ayalde reforçou a importância da parceria entre as duas nações e defendeu que a educação é uma prioridade do governo norte-americano, assim como é para o Brasil.

Entre os programas de cooperação internacional entre Brasil e Estados Unidos estão os programas Ciência sem Fronteiras, Desenvolvimento Para os Professores de Língua Inglesa nos EUA (PDPI) e Professores Assistentes de Língua Inglesa Fulbright (ETA, do inglês English Teaching Assistants).



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 07/05/2015
Assunto: Concurso		Página: Online



Concurso dará a estudantes do ensino médio viagem à Amazônia

Uma viagem à Amazônia para conhecer de perto todas as belezas do maior bioma brasileiro e reserva de diversidade biológica mundial é o sonho de muitos jovens brasileiros. Pois esse é o prêmio do Concurso Histórico-literário Caminhos do Mercosul 2015, que traz o tema Brasil – Floresta Amazônica Patrimônio da Humanidade e está com inscrições abertas até o dia 10 de julho de 2015.

Promovido pelo Ministério da Educação, em parceria com o Setor Educacional do Mercosul (SEM) e apoio da Secretaria de Estado da Educação do Amazonas, o concurso é destinado a estudantes do ensino médio de Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela, que deverão apresentar os trabalhos em forma de investigação histórica, monografia, ensaio ou texto literário.

Os organizadores do concurso esperam uma boa participação dos estudantes brasileiros. Segundo Leonardo Serikawa, da Assessoria Internacional do MEC, as secretarias de estado de educação auxiliam a divulgação do concurso entre os alunos: "Temos 19 mil escolas com ensino médio no país, um público amplo; por isso, os agentes educadores estaduais são os grandes responsáveis pela iniciativa chegar a cada sala de aula."

A escolha do tema se deve à riqueza de recursos da floresta e seu papel no equilíbrio ambiental do planeta, além da diversidade cultural representada pelo conjunto de povos indígenas e de outras culturas (seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, etc.). Assim, foram definidos como subtemas a educação, o ciclo da água, a história dos povos tradicionais e o extrativismo no desenvolvimento econômico.

Para participar, o estudante deve optar por um desses subtemas e enviar o trabalho e documentos pessoais ao MEC, junto a um formulário especial, encontrado na página Caminhos do Mercosul, onde também estão endereço de correspondência e normas de participação. De cada país, serão selecionados seis textos, cujos autores receberão uma viagem ao estado do Amazonas, com estada de uma semana e todas as despesas pagas pelo anfitrião, incluindo atividades acadêmicas, recreativas e culturais.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 07/05/2015
Assunto: Exemplos		Página: Online



O EXEMPLO VEM DE FORA

Especialistas garantem que o Brasil pode aprender com sistemas educacionais de outros países

Fonte: Revista Gestão Educacional

Dados da edição de 2012 do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), promovido pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), apontam que o Brasil vai de mal a pior na educação. No ranking de 65 países que realizaram o exame, o Brasil ficou em 55º lugar na prova de Leitura, 58º lugar na prova de Matemática e 59º lugar na prova de Ciências. Se por um lado o país é a sétima maior economia do planeta, está claro que seu sistema educacional precisa de atenção urgentemente. E os problemas são inúmeros: pouca valorização dos professores, escassez de recursos, falhas nas metodologias de formação docente inicial, estratégias equivocadas de formação continuada, métodos de ensino desatualizados.

Para especialistas da área, há questões de extrema importância a serem consideradas ao se pensar em uma reforma educacional condizente com as proporções do país. A pedagoga Paula Louzано, doutora em Política Educacional pela Universidade de Harvard e pesquisadora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP), acredita que um dos principais problemas do sistema educacional brasileiro está na falta de uma base curricular nacional comum. Ela defende que o problema pode ser corrigido com o desenvolvimento da base nacional segundo o Plano Nacional de Educação (PNE). “O Brasil definiu legalmente a necessidade de uma base nacional comum, o que significa que acreditamos que deva haver algum nível de centralização da política curricular. No entanto, o nível de especificação dessa ‘base comum’, explicitado nas Diretrizes Curriculares Nacionais, é muito baixo quando comparado com outros países, mesmo com aqueles que atribuem grande autonomia às suas escolas, como Finlândia e Nova Zelândia”. Essa baixa especificação, segundo Paula, aliada ao despreparo de professores e redes de ensino, acaba fazendo com que os livros didáticos e as avaliações externas ditem o que deve ser ensinado aos alunos brasileiros.

Claudia Costin, diretora sênior de Educação do Banco Mundial, cita o despreparo docente como um dos principais problemas educacionais brasileiros. “Quando, na



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

década de [19]90, passamos a responsabilidade de formar professores para a universidade, numa decisão correta, com vistas a assegurar melhor repertório aos docentes, ela [a universidade] não se preparou para dar um curso que deveria ser de natureza profissionalizante, assim como é a Medicina ou a Engenharia”, declara Cláudia, que acredita que o país é capaz, sim, de reverter esse quadro, como fez a Finlândia há 50 anos. “Em uma reforma da educação (que enfrentou inicialmente forte reação das universidades), a Finlândia tomou duas medidas: tornou muito mais rigoroso o acesso à profissão de professor e mudou o currículo das universidades na formação de professores, enfatizando a prática profissional”, explica Cláudia. Ela continua: “O Brasil começou a analisar os currículos dos cursos de licenciatura, na busca de algo semelhante. Mas temos que acelerar a transformação: aumentar progressivamente os salários para atrair mais talentos para a profissão, melhorar a formação inicial dos mestres, tornando-a mais associada com a prática, e criar um processo rigoroso de certificação de professores que inclua prova didática”.

A diretora do Banco Mundial ressalta que as políticas educacionais brasileiras devem também buscar a equidade na aprendizagem dos alunos, ou seja, fornecer uma educação de qualidade a todos, independentemente do poder econômico ou nível social. Da mesma forma que Paula, Cláudia diz que o caminho é estabelecer um currículo nacional básico que especifique o que se espera que cada aluno aprenda durante sua vida escolar, mas com um adendo: um sistema de reforço escolar para auxiliar os que encontrem mais dificuldades. “Monitorar a aprendizagem para identificar lacunas e poder corrigi-las a tempo também é muito importante”, enfatiza Cláudia.

Ao redor do mundo

Assim como em diversas áreas, é preciso olhar e analisar os exemplos de outros países e ver o que é possível aprender para incrementar ou reformular o sistema educacional local. O Ministério das Relações Exteriores publica periodicamente volumes da Coleção Mundo Afora, que busca trazer exemplos de vários países para ampliar o debate sobre diversos temas no Brasil. O volume 11 da coleção, publicado em 2014, aborda a educação básica em 29 países espalhados pelo planeta. “Os critérios para seleção dos países a serem estudados, de forma geral, foram: aqueles com melhor desempenho no Pisa; aqueles com experiências educacionais internacionalmente conhecidas; e aqueles que apresentam, de alguma forma, semelhanças com o modelo educacional brasileiro. É importante recordar que o estudo busca analisar experiências bem-sucedidas de outros países tanto em instâncias públicas quanto privadas”, esclarece o Itamaraty. “A cada capítulo são examinadas soluções encontradas por instituições privadas e governos estrangeiros para os desafios impostos pela constante necessidade de aperfeiçoamento das premissas e das condições que regem as diversas políticas, os programas e as ações relativos à educação básica e ao ensino médio”, declara o órgão, que afirma que, em vez de fornecer soluções, espera contribuir com ideias novas para o debate sobre educação no Brasil.

Cláudia Costin concorda com a iniciativa e acredita que o Brasil tem muito a aprender olhando exemplos do exterior. “Países que, como o Brasil, universalizaram o acesso



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

ao ensino fundamental tardiamente, começaram a priorizar a qualidade na educação, entendida como em que medida os alunos estão aprendendo o esperado. Vale a pena analisar o que eles estão fazendo para assegurar avanços no aprendizado”, considera. Ela cita como exemplos a Finlândia e o Vietnã. Este último, mesmo após uma violenta guerra com os Estados Unidos, hoje se encontra à frente do país norte-americano no ranking do Pisa. “Como a maior parte dos países com bons sistemas educacionais, [os vietnamitas] definiram um bom currículo nacional, formaram e certificaram professores, adotaram livros didáticos coerentes com o currículo e passaram a monitorar a aprendizagem”, diz Claudia.

A pesquisadora da USP, Paula Louzano, também defende a observação de países estrangeiros. “A experiência internacional pode ser valiosa, e o que se observa nas reformas curriculares é que os países buscam aprender uns com os outros. Isso não significa copiar o que os outros países estão fazendo, mas entender por que eventualmente tomaram as decisões que tomaram e que implicações elas trouxeram para sua política curricular e a qualidade de sua educação”, observa. Paula destaca dois países que devem ser observados com atenção: o Chile e a Austrália. A nação latino-americana (que é tema da Entrevista desta edição) passou por uma intensa reforma curricular entre os anos de 1992 e 1998, com a inclusão de grupos de representantes de fora da educação para debater o novo currículo com especialistas de cada disciplina e representantes de escolas privadas e públicas. Em 2009, o país ainda realizou uma readaptação desse currículo estabelecido uma década antes, por meio de uma consulta focalizada nas escolas e nos professores, para averiguar a eficácia do currículo. Os australianos, por sua vez, elaboraram uma série de documentos com base em uma análise iniciada em julho de 2008, a qual culminou na criação e na aplicação do Australian Curriculum a partir de fevereiro de 2011. Paula comenta que, nesse período de quase três anos, foram realizadas três pausas para consultas e validações da nova política educacional com os órgãos competentes.

Avaliações como parâmetro

É inevitável, hoje, não se apontar as avaliações de larga escala como medidores de desempenho e também definidores de rumos na educação. Exames nacionais como a Prova Brasil e o Pisa, este em escala mundial, fornecem aos gestores educacionais um panorama amplo, mas ainda assim restritivo, dos sistemas de ensino. Ambas as especialistas conferem a esses exames o valor positivo que eles trazem, mas destacam que não se pode levar em consideração apenas essas avaliações na hora de decidir os planos para a educação. “Elas nos mostram uma foto de como nossas crianças estão lendo e compreendendo textos e resolvendo problemas matemáticos. Não representam tudo o que diz respeito à qualidade da educação, que é mais amplo, mas nos ajudam a localizar parte importante dos problemas”, explica Paula. Para Claudia, “o que elas [as avaliações] evidenciam é até que ponto os alunos desenvolveram algumas competências. No caso do Pisa, avalia-se se os alunos sabem ler e interpretar textos, se têm raciocínio matemático e contam com uma mente investigativa. A Prova Brasil avalia competências semelhantes nos 5º e 9º anos do ensino fundamental e no 3º ano do ensino médio. O interessante é que, ao avaliar leitura e interpretação de textos,



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

acaba-se lidando com o repertório cultural do aluno, algo desenvolvido por diferentes disciplinas na escola”, analisa a diretora do Banco Mundial.

Um país que quase sempre é destaque no âmbito das provas internacionais é a China, que comumente ocupa as primeiras posições em avaliações como o Pisa (a China não participa do Pisa como nação, mas é representada por Xangai – 1º lugar no ranking –, Hong Kong, Taipei e Macau). Diante de resultados tão bons e representativos, seria o modelo chinês algo a ser observado e adaptado pelos brasileiros? Segundo Cláudia, não. “Não creio que o sistema chinês ou coreano [a Coreia do Sul é sempre bem-ranqueada no Pisa] sejam modelos para o Brasil. O número excessivo de horas de estudo, envolvendo muitas vezes, no caso coreano, frequentar cursos privados à noite, leva a gastos excessivos e a sofrimento desnecessário”, critica. A especialista, entretanto, faz uma ressalva: “Observe-se que o que está por trás deste esforço não é a busca de resultados no Pisa, mas de sucesso no exame que define o acesso às universidades mais valorizadas”.

Sistema ideal

Com base em tantos exemplos, como seria um modelo educacional ideal para o Brasil? Tanto Paula Louzано quanto Cláudia Costin concordam que esse sistema deveria combater as desigualdades e promover melhores oportunidades para desenvolver o aprendizado de cada aluno. “[Esse modelo] deve ser capaz de diminuir as desigualdades nas oportunidades educacionais dos ricos e pobres, dos brancos e negros e dos estudantes de diferentes regiões brasileiras. Hoje, nosso sistema perpetua a desigualdade. Diminuí-las deve ser nosso foco”, enfatiza Paula. Cláudia, por sua vez, acredita que o Brasil deve “ter um currículo que estabeleça expectativas de aprendizagem, mas que, ao mesmo tempo, possibilite certa liberdade de escolha do aluno na construção de trajetórias educacionais distintas, dadas certas características individuais (como idade do aluno) e interesses específicos, especialmente para alunos no [ensino] fundamental II e no ensino médio”. Ela acredita que os ensinos fundamental e médio devem também passar por uma reforma ampla: o médio deve se libertar do caráter enciclopédico de hoje, que abrange 13 disciplinas e uma infinidade de tópicos abordados em cada uma. O ensino fundamental, por sua vez, deveria contar com aulas e espaços para que o aluno viva a escola além da sala de aula. “Para isso, é fundamental trabalhar, como na educação finlandesa, o protagonismo do aluno, tornando-o progressivamente responsável pelo seu processo educacional e por sua própria vida futura”, exemplifica Cláudia.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 07/05/2015
Assunto: Exemplos		Página: Online



OPINIÃO: EDUCAÇÃO PELO MUNDO. E NÓS COM ISSO?

"Mesmo que em graus diferentes, quem atua profissionalmente no mundo da educação no Brasil desconfia de que há algo errado com a estrutura e as práticas educacionais por aqui", afirma Ilona Becskeházy

Fonte: Revista Gestão Educacional

Mesmo que em graus diferentes, quem atua profissionalmente no mundo da educação no Brasil desconfia de que há algo errado com a estrutura e as práticas educacionais por aqui. Pouquíssimas pessoas têm a oportunidade de conhecer as escolas de países desenvolvidos e de compará-las com as brasileiras. Mesmo que tivessem, a amostra nunca seria suficientemente abrangente para formar uma moldura de análise robusta, que expusesse as diferenças de maneira clara. A adesão ao Pisa, desde o ano 2000, nos munuiu de evidências para nos olhar no espelho e perceber que estamos com a cara amassada de tanto dormir no ponto.

Entretanto, nós, brasileiros, temos o mau hábito de nos sentir especiais, diferentes e/ou superiores ao resto do mundo. Reputo isso à percepção de que, pela vastidão e pela diversidade de nosso território, os recursos naturais daqui são não só abundantes, como inesgotáveis (embora tenhamos acabado de descobrir que essa suposição já não vale para a água). Assumindo essa premissa como verdadeira, achamos que não é necessário nos esforçar muito para garantir um futuro próspero: de nosso solo, ele surgirá. Além disso, fizemos, desde sempre, um pacto de sangue com a desigualdade: só estamos plenos se houver alguém para nos servir ou se tivermos à disposição um grupo de "diferentes" para desprezar ou espezinhar.

Essas três características (senso de superioridade, despreocupação com o futuro e opção pela desigualdade) andam, em geral, juntas. Mesmo que não andem, qualquer uma delas, isoladamente, já é antagônica à busca competente de soluções educacionais para garantir excelência e equidade. Dessa forma, se o Pisa nos diz que algo vai mal, malhemos o Pisa. Deus nos livre de reconhecer que temos algo a aprender com os países "hegemônicos".

Enquanto isso, nesses países "centrais" que escolhemos para passar as férias, a preocupação com a melhoria permanente da educação e sua distribuição – com



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

qualidade – para contingentes cada vez mais abrangentes de pessoas faz parte da realidade. E o que eles estão fazendo?

Em primeiro lugar, não têm mais que se preocupar com a universalização. Ela fez parte de sua história e é justamente por isso que são desenvolvidos. Em segundo lugar, trabalham colaborativamente com seus pares na busca de soluções eficazes, olhando para as avaliações internacionais comparativas com genuína curiosidade. O espírito crítico só vem depois, em geral para tornar o instrumento ainda melhor. Peça-chave da busca pela excelência e pela equidade para eles é um currículo exigente, detalhado e obrigatório: tanto os filhos dos médicos quanto os dos caminhoneiros têm que aprender equação do segundo grau no mesmo ano e com a mesma profundidade (eu sei, isso é incômodo para nossos padrões sociais). Com o objetivo de garantir o aprendizado de todos os tipos de alunos, o currículo a ser ensinado, assim como as diferentes formas de fazê-lo, são a base da formação inicial e continuada dos docentes. Diferentes instrumentos de avaliação dão às autoridades educacionais e à sociedade a capacidade de monitorar se o aprendizado almejado está mesmo acontecendo (não, o professor não tem autonomia para decidir a quem dá a oportunidade de aprender). Outra característica desses países é que o funcionamento das escolas é garantido durante todo o ano por meio de estabilidade operacional e institucional que permite às famílias a tranquilidade de contar com a escola: os recursos materiais e humanos estão lá. Há variações em tempos de crise? Em muitos casos, sim, mas em uma amplitude e em um patamar muito diferentes dos nossos.

É claro que esses países, mesmo desenvolvidos econômica e socialmente, apresentam diferenças consideráveis entre si e novos desafios a abordar (com base no que foi exposto anteriormente). Eles trilharam caminhos difíceis antes de nós e puseram seus sistemas de pé. Nós ainda divagamos em torno de problemas superficiais quando nossos alunos saem do sistema escolar sem conseguir fazer uma redação básica de três parágrafos sobre um tema atual.

Nesse contexto, quando se discute currículo, é para aprofundá-lo, torná-lo mais exigente para todos os alunos e detalhado para os professores, de maneira que não haja muito espaço para fugir dele. Aqui fazemos de tudo para nos esquivar do assunto e, quando ele se torna inevitável, tratamos de escolher metas que não assustem ninguém, como alfabetizar os alunos depois de, no mínimo, quatro anos de vida escolar.

Os dirigentes dos países “imperialistas” também podem cometer erros ou fazer cortes nos orçamentos sociais, mas a genuína preocupação com o futuro de suas populações garante honestidade intelectual nas necessárias correções de rumo